



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por: unanimidade
Plenário: 09/02/26

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.^a Alba Leal

Ata da Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, realizada no dia três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador **JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL)**, presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o **GRANDE EXPEDIENTE. TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** manifestou apoio aos povos indígenas do Baixo e Médio Tapajós, que realizam manifestação há treze dias em frente ao porto da Cargill, em defesa do rio Tapajós. Ressaltou que a defesa do rio é uma causa de todos que vivem direta ou indiretamente de seus recursos. Afirmou que é preciso ampliar o diálogo com as comunidades ribeirinhas e com os povos tradicionais da região antes de qualquer decisão sobre a dragagem do rio Tapajós, destacando que o DNIT deve revogar o pregão referente ao projeto. Em seguida, abordou o tema referente ao aumento dos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. Com base em dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), informou que mais de 60 crianças desaparecem por dia no país, totalizando 23 mil casos em 2025, sendo a maioria meninas. No Pará, segundo ele, foram registrados 1.238 desaparecimentos no último ano. Demonstrou preocupação com a falta de visibilidade do tema nos grandes meios de comunicação e alertou para a necessidade de ações legislativas de prevenção e proteção no âmbito municipal, ainda que o problema envolva também esferas estadual e federal. Citou que parte dos desaparecimentos está relacionada ao tráfico de pessoas, prostituição e tráfico de órgãos, defendendo que a Câmara Municipal deve atuar de forma mais ativa na defesa da infância e juventude. O vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PRD)** destacou a importância dos debates democráticos e declarou que, embora todos queiram o melhor para o país, mantém críticas e cautela em relação às ações do governo federal, especialmente no que se refere ao projeto de dragagem do Rio Tapajós. Segundo ele, a obra carece de estudos de impacto ambiental e social e de diálogo com as comunidades afetadas. Em seguida, destacou o tema da saúde pública municipal, reconhecendo os esforços do prefeito **JOSÉ MARIA TAPAJÓS**, do ex-prefeito Nélio Aguiar e das equipes de gestão, que, segundo ele, têm buscado melhorar o setor mesmo diante de limitações orçamentárias. Contudo, ressaltou que a estrutura do Hospital Municipal de Santarém está sobrecarregada, comportando cerca de 80 leitos, mas atendendo atualmente mais de 140 pacientes internados. Destacou o papel fundamental dos profissionais de saúde, que classificou como “verdadeiros guerreiros”, e reforçou a necessidade de ampliar o Hospital Municipal e de implantar uma nova UPA, especialmente na região da Grande Área do Santarenzinho. Ele também elogiou o governador **HELDER BARBALHO** pela parceria e investimentos em Santarém, mas afirmou que continuará cobrando melhorias e prioridade na saúde pública. Aproveitou para parabenizar o prefeito **JOSÉ MARIA TAPAJÓS**, o secretário de Governo Nélio Aguiar, o deputado federal Henderson Pinto e o secretário de Saúde Dr. Everaldo Martins pelos resultados alcançados, como a realização da jornada cirúrgica de catarata no Hospital Municipal, que atenderá cerca de 3 mil pacientes dentre os mais de 15 mil cadastrados na fila de espera. O vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** abordou sobre o bloqueio das operações da empresa Cargill, realizado por manifestantes indígenas em Santarém. Na ocasião, leu o texto do jornalista Fábio Maia: “Há dias a Cargill está com operações bloqueadas por manifestantes. Dias em que caminhoneiros não podem trabalhar, funcionários não podem entrar, a cadeia inteira de fornecedores, oficinas, postos de combustível ficam todos à deriva. O que fazem as autoridades? Absolutamente nada. Silêncio sepulcral. Como se bloqueio de empresa legalizada, impedimento de direito de ir e vir, constrangimento dos trabalhadores fosse perfeitamente normal. O caso do bloqueio da Cargill é apenas um sintoma de uma doença muito mais profunda. Estamos assistindo à destruição sistemática do Estado de Direito em nome de uma ideologia que divide brasileiros em categorias. Os que merecem direitos plenos, que são os autodeclarados índios e os que devem aceitar calados e ter os direitos violados, que somos nós.” O vereador afirmou que há uma percepção de desequilíbrio nos direitos entre grupos sociais, apontando que manifestações indígenas parecem ter tratamento privilegiado em relação ao restante da população. O vereador declarou não encontrar



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

fundamento para tais prerrogativas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nem na Lei Federal nº 14.701, ressaltando que ambas garantem igualdade de direitos a todos os cidadãos brasileiros. Declarou que, ao ver alguém se declarar indígena: “ele parece que é superpoderoso e passa por cima de todos os direitos nossos”. O vereador **ANDREO RASERA (PL)** destacou a satisfação de retornar à tribuna e ressaltou a importância do debate político como expressão da democracia e da pluralidade de opiniões. Também abordou o tema da dragagem do Rio Tapajós, esclarecendo que a questão já se encontra judicializada e que a Justiça Federal já autorizou a execução da obra. Afirmou que continuará acompanhando o processo e defendeu que o Parlamento Municipal deve permanecer atento à evolução do projeto. Destacou que a bancada de direita apoia o desenvolvimento econômico, mas enfatizou que esse crescimento deve ocorrer de forma racional, planejada e não imposta, com equilíbrio entre progresso e responsabilidade ambiental. Lembrou que o ano é atípico, marcado por eventos importantes como a Copa do Mundo e as eleições gerais, e fez um apelo para que a população escolha com sabedoria seus representantes. Anunciou publicamente seu apoio ao ex-vereador JK do Povão, pré-candidato a deputado estadual pelo Partido Liberal (PL), e informou que seu grupo político está em fase de definição do nome que apoiará para deputado federal, reafirmando alinhamento com o partido e suas lideranças nacionais. O vereador **ELIELTON LIRA (PDT)** abordou o tema da dragagem do Rio Tapajós, posicionando-se favorável ao projeto e contrário aos discursos que associam desenvolvimento a destruição ambiental. Segundo ele, é um equívoco acreditar que os investimentos e obras de infraestrutura tenham como consequência inevitável a degradação ambiental. Argumentou que os esgotos urbanos e o descarte inadequado de resíduos poluem muito mais os rios e igarapés do que as pequenas atividades rurais que muitas vezes são rigidamente fiscalizadas. Destacou que a dragagem do Tapajós não representa uma ameaça ao meio ambiente, mas sim uma medida necessária para melhorar o escoamento da produção regional e fortalecer a economia local. Ressaltou que a iniciativa consiste na privatização apenas do leito navegável do rio, e não na apropriação dos recursos naturais, e considerou essa ação uma das poucas decisões positivas do governo federal em favor da região. Também criticou a incoerência de parte do debate ambiental, observando que, enquanto muitos vereadores solicitam dragagem em rios menores como o Aritapera e o Surubiu-açu, há resistência quando se trata de um projeto de maior escala com impacto nacional. Segundo ele, essa postura ignora a realidade dos ribeirinhos, que enfrentam grandes dificuldades de locomoção, chegando a percorrer longas distâncias, para acessar serviços básicos. Encerrando afirmou que Santarém precisa crescer com geração de emprego, renda, infraestrutura e qualidade de vida, defendendo que o desenvolvimento sustentável deve ser visto como solução e não como ameaça. A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** comentou o debate sobre a dragagem do Rio Tapajós, ressaltando a importância de que qualquer obra de grande impacto ambiental seja conduzida com prudência e ampla escuta social. Destacou que o conservadorismo, em sua essência, representa a “política da prudência”, citando o teórico Russell Kirk como referência para essa visão. Segundo ela, o desenvolvimento deve ser buscado de forma equilibrada, sem causar prejuízos às comunidades ribeirinhas e indígenas, assegurando o diálogo entre a população afetada e os responsáveis pelo empreendimento, de modo a garantir medidas mitigatórias e compensatórias adequadas. Na sequência, anunciou a apresentação de dois projetos de lei. O primeiro institui a campanha municipal “Criança não namora, nem de brincadeira”, a ser realizada anualmente no mês de outubro, durante a Semana da Criança. O objetivo da proposta é conscientizar a sociedade sobre os riscos da erotização precoce e da adultização infantil, fenômenos que, segundo a parlamentar, são potencializados pelas redes sociais e por conteúdos midiáticos que incentivam comportamentos inadequados para a faixa etária. O segundo projeto cria a Semana Municipal de Competição de Soluções Tecnológicas, voltada à inovação e ao incentivo à pesquisa aplicada. A iniciativa busca fomentar o desenvolvimento de ideias e ferramentas tecnológicas que possam gerar evidências científicas para aprimorar políticas públicas nas áreas de educação, saneamento, meio ambiente e outros setores estratégicos do município. O vereador **RENILSON VINTE (PSD)** abordou inicialmente o tema



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

da dragagem do Rio Tapajós, manifestando-se contrário à execução do projeto e solidário às comunidades indígenas do Baixo e Médio Tapajós, que protestam contra a intervenção. Elogiou a mobilização dos povos indígenas, classificando-os como uma “minoria forte e consciente” e declarou que a obra não trará benefícios para Santarém, podendo, ao contrário, gerar impactos ambientais e econômicos negativos. Segundo o vereador, a dragagem pode provocar o assoreamento e a degradação das margens do rio, além de afetar as operações portuárias locais e transformar o Tapajós em um curso d’água turvo e poluído, semelhante ao que ocorre em outras regiões. Em seguida, tratou de uma questão de saúde pública relacionada às caixas de lixo do Mercado 2000, relatando que o acúmulo de resíduos orgânicos no local tem causado forte odor, presença de urubus e desconforto aos comerciantes, consumidores e turistas. Diante disso, o parlamentar anunciou que apresentará uma indicação ao Poder Executivo Municipal, solicitando um estudo técnico e medidas efetivas para solucionar o problema, como o controle dos horários de descarte, o acondicionamento adequado dos resíduos e a instalação de estruturas com proteção ou refrigeração para evitar a decomposição dos alimentos. Ao concluir, o vereador reforçou que a responsabilidade pela limpeza e manutenção do local é do Poder Público Municipal. O vereador **JANDER ILSON PEREIRA (UNIÃO BRASIL)** relatou as atividades realizadas durante o recesso parlamentar, período em que visitou diversas comunidades, além de bairros urbanos de Santarém, com o objetivo de ouvir demandas locais e preparar novos projetos para o exercício legislativo. Em seguida, abordou um problema enfrentado pelos pescadores e pescadoras de Santarém e de todo o país, relacionado ao atraso no pagamento do benefício do seguro-defeso. Segundo ele, desde o início do defeso, em 15 de novembro, nenhum pescador brasileiro recebeu o benefício, devido a mudanças administrativas e burocráticas impostas pelo governo federal. Explicou que um decreto transferiu a gestão do benefício do INSS para o Ministério do Trabalho, gerando atrasos e dificuldades operacionais. Posteriormente, o governo instituiu novas regras de acesso e entrevistas padronizadas, que, segundo o vereador, não condizem com a realidade dos pescadores da região amazônica, especialmente aqueles que vivem em comunidades ribeirinhas. Ele criticou perguntas inadequadas do questionário, que acabam excluindo pescadores legítimos do direito ao benefício. Também destacou a exigência recente do Relatório de Atividade Pesqueira (REAP) como pré-requisito para o pagamento do seguro, embora, conforme a legislação, o documento possa ser apresentado até dezembro de 2026. Para ele, o conjunto de decretos e exigências representa uma tentativa deliberada de dificultar o acesso dos trabalhadores ao benefício. Informou a realização de reuniões em Brasília com o apoio do deputado federal Henderson Pinto, vereadores da região e representantes de entidades como o Mopebam (Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas), para tratar do tema nos Ministérios da Pesca e do Trabalho. Finalizando, manifestou-se contrário à dragagem do Rio Tapajós, defendendo que a medida ameaça o equilíbrio ambiental, o turismo e o encontro das águas, patrimônio natural de Santarém. Questionou o posicionamento do ICMBio e criticou a falta de consulta à sociedade, às lideranças locais e ao Legislativo municipal. Reafirmou seu apoio ao movimento indígena e às comunidades ribeirinhas, defendendo que não existe verdadeiro desenvolvimento quando beneficia alguns e prejudica outros. O vereador **SÉRGIO PEREIRA (PP)** parabenizou o presidente Jander Ilson Pereira pela fala em defesa dos pescadores e afirmou sentir-se pessoalmente ligado à causa, por ser natural da região de várzea, no Tapará, e por já ter exercido a atividade pesqueira. Ele destacou as dificuldades enfrentadas pelos pescadores diante das novas regras impostas pelo governo federal para o acesso ao seguro-defeso. Segundo ele, a burocracia tem causado endividamento e desespero entre os trabalhadores, especialmente nas comunidades ribeirinhas. Relatou que, durante visitas realizadas à região da várzea, ouviu relatos de que muitos pescadores precisaram contrair dívidas para adquirir celulares exigidos nos novos procedimentos de cadastramento, mesmo sem saber manusear o aparelho. Lamentou ainda o atraso no pagamento do benefício e que, segundo previsões, o repasse só deve começar na terceira quinzena de fevereiro. Também criticou o fato de que decisões e obras de grande impacto, como a dragagem do Rio Tapajós e o aeroporto de Santarém, chegam ao Legislativo somente após a assinatura das



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ordens de serviço, sem a devida consulta à Câmara Municipal. Para ele, isso demonstra falta de respeito institucional com o parlamento santareno e com a população que ele representa. Também manifestou votos de recuperação à vereadora Bárbara Matos e ao vereador Gerlande Castro, ambos afastados por motivos de saúde, desejando-lhes breve retorno às atividades legislativas. A vereadora enfermeira **ALBA LEAL (MDB)** explicou a sua ausência nas últimas sessões, esclarecendo que esteve em atuação nas comunidades, tanto na zona urbana quanto nas regiões ribeirinha e de planalto, realizando visitas, reuniões e ouvindo demandas da população. Como resultado dessas ações, informou ter protocolado diversos requerimentos na Casa, com base nas solicitações apresentadas pelas lideranças locais. Em seguida, abordou temas de grande relevância social, destacando a preocupação com o crescente índice de violência contra as mulheres em Santarém e em todo o país. Criticou a fragilidade das leis penais brasileiras, que, segundo ela, permitem que muitos agressores sejam libertados após audiências de custódia. Manifestou indignação com a falta de respeito e empatia diante da vida humana e defendeu o fortalecimento de políticas de enfrentamento à violência de gênero e de proteção às mulheres e crianças. Também tratou da violência contra os animais, ressaltando a necessidade de debate contínuo e conscientização da sociedade sobre o tema, bem como de ações mais firmes do poder público para combater maus-tratos e negligência. Parabenizou o prefeito Zé Maria Tapajós pela entrega de duas obras educacionais importantes: a Escola Nossa Senhora de Nazaré, na comunidade Pajuçara, e a Escola Maria Cristina Machado, no bairro do Juá. A vereadora destacou que a unidade escolar do Juá iniciará o ano letivo atendendo mais de 800 alunos, reforçando o impacto positivo do investimento municipal na educação. O vereador **URIAS PINGARILHO (MDB)** destacou o Decreto Estadual nº 5.169, de 26 de janeiro de 2026, assinado pelo governador Helder Barbalho, que declara de utilidade pública e interesse social a área urbana do bairro Vista Alegre do Juá, no município de Santarém, para fins de desapropriação e implantação de projetos habitacionais de interesse social. Parabenizou o governador pela iniciativa, ressaltando que a medida representa um avanço importante na garantia do direito à moradia digna e à segurança jurídica para milhares de famílias que residem na localidade. Explicou que, de acordo com a legislação municipal, o Juá já é reconhecido como bairro, mas, conforme a Lei Federal nº 13.465/2017, trata-se de um núcleo urbano informal consolidado, ou seja, uma área com adensamento populacional, comércio, habitações e equipamentos públicos, mas ainda sem regularização fundiária. Detalhou os conceitos previstos na legislação e, com base na Lei de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), observou que a regularização é possível mesmo em áreas sob litígio ou pendentes de desapropriação, desde que o interesse social e a consolidação da ocupação sejam comprovados. Nesse sentido, afirmou que a decisão do Estado representa um passo fundamental para a pacificação fundiária e a valorização das famílias residentes no Juá. O vereador lembrou ainda que o processo deveria ter sido iniciado em gestões anteriores, uma vez que a legislação que ampara a regularização é de 2017, e reforçou a importância da ação para garantir dignidade, segurança e cidadania às famílias do bairro, destacando que o processo também assegurará indenização justa ao proprietário da área.

TEMPO DAS BANCADAS: O vereador **ALBERTO PORTELA (UNIÃO BRASIL)** registrou pesar pelo falecimento do ex-vereador e ex-secretário municipal Tadeu Cunha, destacando sua trajetória política e contribuição ao município. Solicitou à presidência da Casa um minuto de silêncio em homenagem póstuma, o que foi prontamente atendido. Na sequência, fez uma reflexão sobre o papel da política na sociedade contemporânea, mencionando o discurso anterior do vereador Biga Kalahare e observando que o país atravessa um período de “comportamentos sombrios e de pouca empatia”. O parlamentar afirmou que refletir sobre política é um ato de coragem e defendeu uma prática política pautada em princípios éticos e na melhoria da vida das pessoas. Segundo o vereador, promove o desenvolvimento urbano e social, com infraestrutura, iluminação pública, saneamento básico, ruas e pontes em boas condições, proporciona dignidade e segurança à população. Também destacou a importância das políticas de mobilidade urbana, enfatizando a necessidade de ações que facilitem o deslocamento dos cidadãos, em especial trabalhadores e estudantes. Reafirmou o compromisso de atuar com responsabilidade, diálogo e



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

escuta ativa das demandas populares, defendendo uma política ética, comprometida e voltada ao bem coletivo. O vereador **ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** destacou a importância da primeira sessão legislativa de 2026, ressaltando que ela cumpre o que determina a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, ao receber o prefeito José Maria Tapajós para apresentação da mensagem anual do Poder Executivo, com o balanço das ações realizadas em 2025 e o planejamento para o novo exercício. Elogiou a clareza e objetividade da mensagem do prefeito, observando que o gestor apresentou um panorama detalhado das atividades executadas em diversas áreas e reforçou que o papel da Câmara é legislar, fiscalizar e acompanhar a execução orçamentária, além de propor e aprovar projetos que atendam aos interesses da população. Reconheceu que 2025 foi um ano desafiador, pois o prefeito assumiu um orçamento aprovado pela legislatura anterior, em um contexto de transição administrativa, mas destacou que o governo cumpriu compromissos e avançou em políticas públicas essenciais, sobretudo na área da saúde, setor que classificou como “o maior desafio da gestão municipal”. Explicou que, diferentemente da educação, a saúde tem limite mínimo de investimento de 15%, o que exige maior esforço do Executivo e busca constante por parcerias e recursos externos. Enfatizou a importância da colaboração entre os poderes e os diferentes níveis de governo, citando o apoio de deputados federais, estaduais e senadores, inclusive de partidos distintos, e afirmou que o prefeito José Maria Tapajós tem atuado de forma republicana e aberta ao diálogo. Relatou ainda a entrega de importantes obras na área da educação, entre elas as escolas Nossa Senhora de Nazaré, na comunidade Pajuçara, e Maria Cristina Machado, no bairro do Juá. Destacou também o avanço na climatização das escolas municipais e afirmou que a melhoria das condições de ensino é resultado direto da boa aplicação do orçamento público. O parlamentar mencionou ainda os planos de infraestrutura urbana do governo municipal e afirmou ter confiança de que o prefeito cumprirá a meta, apesar das dificuldades impostas pelo cenário político nacional e pelo processo eleitoral de 2026. Encerrando, reforçou o desejo de que os projetos e compromissos do Executivo continuem sendo executados com transparência e eficiência, proporcionando desenvolvimento, qualidade de vida e resultados concretos à população santarena. Em seguida, o vereador Alaércio Cardoso passou a direção dos trabalhos a vereadora Alba Leal, para que assim pudesse fazer uso da tribuna. O vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** destacou a alegria pelo retorno dos trabalhos legislativos e registrou que, conforme determina a Lei Orgânica do Município, o prefeito José Maria Tapajós participou da sessão anterior, apresentando prestação de contas das ações de 2025 e o planejamento de governo para 2026. Parabenizou o prefeito pela transparência e objetividade, ressaltando que os vereadores também realizam planejamentos e atividades durante o recesso parlamentar, atuando junto às comunidades urbanas e ribeirinhas. Relatou que, nesse período, realizou visitas às comunidades das regiões do Tapajós e do Arapiuns, além de bairros da zona urbana, ouvindo demandas e dialogando com a população. Também informou que participou de reuniões em Belém, tratando sobre melhorias no fornecimento de energia elétrica nas comunidades rurais, em especial nas localidades ribeirinhas, que ainda enfrentam sérias dificuldades de acesso à energia de qualidade. Em reunião com representantes da CDM, reforçou a necessidade de ampliar o diálogo com os governos estadual e federal para resolver o problema. Citou ainda que o prefeito anunciou a instalação de sistemas fotovoltaicos em cinco escolas municipais. Também relatou encontros com representantes da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (FAMEP) e da MUT, discutindo pautas regionais relacionadas a infraestrutura, transportes e integração entre os municípios do Oeste do Pará, Calha Norte, Xingu e Tapajós. Destacou que Santarém exerce um papel central no desenvolvimento regional, afirmando acreditar que o município tem vocação natural para ser “a futura capital do Estado do Tapajós”. Relatou ainda uma visita à Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), onde tratou de projetos voltados ao turismo local, como o Centro de Convenções, o Festival do Sairé e a temporada de cruzeiros internacionais. Expressou preocupação com a redução do número de navios que atracam no município e informou que pretende sugerir ações para retomar o fluxo turístico que Santarém já registrou em anos anteriores, quando recebeu até 34 embarcações internacionais por temporada.

Durante a reunião, propôs à SETUR a realização da segunda edição do Prêmio de Turismo e Cultura de Santarém, evento que valoriza o trade turístico, fazedores de cultura, gastronomia e turismo comunitário da região. A iniciativa, idealizada por ele quando esteve à frente da Secretaria Municipal de Turismo, deverá ocorrer em abril no Centro de Convenções, com o apoio do Governo do Estado. Por fim, comentou o cenário político de 2026, lembrando que o ano será de eleições estaduais e federais. Relatou encontro com o presidente estadual do PSD, deputado federal Júnior Ferrari, a quem declarou apoio para reeleição, destacando o trabalho do parlamentar e o envio de emendas que beneficiaram Santarém em áreas como infraestrutura e turismo, incluindo o Mirante da Serra do Saubal e o Parque da Cidade. Encerrando, afirmou que o PSD deverá lançar um candidato santareno à Assembleia Legislativa do Pará, reforçando a importância de garantir representatividade política da região no parlamento estadual. A vereadora **IVANIRA FIGUEIRA (PSD)** destacou que, embora as sessões legislativas estejam sendo retomadas, os trabalhos dos vereadores não pararam durante o recesso, pois os parlamentares continuaram atuando nas comunidades. Em seguida, fez um pronunciamento enfático sobre a dragagem do Rio Tapajós, classificando o tema como uma luta humana e não apenas política. Declarou-se contrária à medida e afirmou que “ignorar a destruição do Tapajós é ignorar a história do nosso povo”. Relembrou sua origem ribeirinha no rio Arapiuns, afirmando que o rio representa “memória, sustento e identidade” e que qualquer ação que ameace suas águas é uma afronta à cultura e à sobrevivência das comunidades locais. Criticou o decreto que autoriza a dragagem, qualificando-o como “uma barganha que tenta negociar a sobrevivência do povo como mercadoria”, e alertou que o projeto ameaça transformar o Tapajós, conhecido como “Caribe Amazônico”, em uma lembrança apagada. A vereadora fez um apelo à união de forças entre ribeirinhos, indígenas e pescadores, conclamando todos os parlamentares a se posicionarem contra a medida. Recordou as palavras do vereador Renilson Vinte, que mencionou a degradação da praia da Vera Paz, e associou o problema à falta de diálogo e de políticas sustentáveis. Durante o discurso, compartilhou experiências pessoais como empreendedora ribeirinha e dona de embarcação, relatando as dificuldades econômicas das comunidades após o atraso no pagamento do seguro-defeso, que reduziu drasticamente a renda das famílias que vivem da pesca artesanal. Encerrando, reforçou o caráter coletivo e ambiental da luta em defesa dos rios Tapajós, Arapiuns e das várzeas, e manifestou esperança de que a lei que autoriza a dragagem seja revogada. Declarou que não quer ver as futuras gerações herdarem um rio destruído e concluiu afirmando: “A nossa luta é pela água, pela vida e pela dignidade. Eu não quero dizer ao meu neto que fiquei calada vendo o nosso rio ser dragado.”

Concluído o Grande Expediente, passou-se para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a votação da ata do dia 16 de dezembro de 2025, (documento enviado anteriormente aos e-mails dos senhores vereadores) que foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, houve a leitura dos **EXPEDIENTES RECEBIDOS**: MEMO. 013/2026 – GAB. Ver. Gerlande Castro (PP) – justificativa de ausência nos dias 02 e 03/2026, por estar em viagem, para tratamento médico. MEMO. 003/2026 – GAB. Ver. Bárbara Matos (PP) - justificativa de ausência nos dias 02 e 03 de fevereiro, em virtude de tratamento de saúde. MEMO. 015/2026 – GAB. Ver. David Paiva (REPUBLICANOS) – Justificativa de ausência na sessão do dia 03.02.2026, devido a problemas de saúde bucal. Of. 3214/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento da Lei nº 22.838, de 26 de dezembro de 2025; Of. 3.198/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei de terras nº 22.829, de 18 de dezembro de 2025; Of. 3.212/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22.840, de 26 de dezembro de 2025; Of. 3. 207/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22.837. de 22 de dezembro de 2025; Of. 173/2026 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei de Terras nº 22.845 a 22.857, de 23 de janeiro de 2026; Of. 3.213/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22.841, de 26 de dezembro de 2025. Of. 3.215/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22. 839, de 26 de dezembro de 2025. Of. 3.193/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento das Leis nº 22.834, 22.835, 22.836, de 19 de dezembro de 2025. Of. 3.181/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento das Leis nº 22.830, 22831 e 22.832, de 19 de dezembro de 2025. Of. 3.182/2025 – GAB. PREFEITO –



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

encaminhamento de Lei nº 22.833, de 19 de dezembro de 2025. Of. 184/2026 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei de terras nº 22. 858 a 22.889, de 23 de janeiro de 2026. Of. 3.223/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22. 842, de 29 de dezembro de 2025. Of. 045/2025 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22. 843, de 08 de janeiro de 2026. Of. 079/2026 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei nº 22.844, de 13 de janeiro de 2026. Of. 3.197/2026 – GAB. PREFEITO – encaminhamento de Lei de Terras nº 22.804 a 22.828, de 18 de dezembro de 2025. Of. 196/2026 – encaminhamento de uma pasta com prestação de contas do 3º Quadrimestre da secretaria Municipal de Turismo. Of. 3.209/2025 – Assunto: Plano de sustentabilidade do Convênio SICONV nº 979095/2025 – Policlínica de Santarém. Of. 064/2026 – SEFIN – encaminhamento de documento elaborado pela SEFIN, contendo informações acerca do cálculo relativo ao repasse do Duodécimo para o exercício de 2026. Of. 197/2026 – SEMTUR – encaminhamento da prestação de contas do 3º Quadrimestre do Exercício de 2025, referente aos meses de setembro a dezembro de 2025, da Secretaria Municipal de Turismo, cujo titular é o Sr. Emanuel Júlio Leite da Silva. CONVITE – 8º CENSO Imobiliário de Santarém, que apresentará dados e análises atualizados sobre o mercado local – Dia 04 de fevereiro – 16h – ACES Tapajós (Of. 018/2026). *A seguir, foram encaminhados às comissões pertinentes:* MENSAGEM DE VETO TOTAL ao Projeto de Lei Complementar 001/2025, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB). PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD), que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de certidão de antecedentes criminais para o exercício de atividades profissionais, remuneradas ou não, que envolvam contato com crianças e adolescentes, no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL), que institui diretrizes para a oferta de atendimento especializado em educação física adaptada para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) e outras condições do neurodesenvolvimento na rede pública municipal de ensino de Santarém. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL), que institui a Feira Livre de empreendedorismo e economia criativa, em caráter especial, na praça Barão de Santarém, Bairro Prainha no Município de Santarém. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB), dispõe sobre a conversão facultativa da penalidade de multa de trânsito de natureza leve e média em doação de sangue ou cadastro de doador de medula óssea, no âmbito do Município de Santarém e dá outras providências. Foram encaminhados projetos de leis referentes à alienação de áreas do patrimônio municipal de autoria do Poder Executivo. MENSAGEM DE VETO PARCIAL ao projeto de lei complementar nº 003 de 2025, de autoria do Poder Executivo. PROJETO DE LEI/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL), que institui a Feira Livre de Empreendedorismo e Economia Criativa em caráter especial na Praça Barão de Santarém, bairro Prainha, no município de Santarém. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD), que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de certidão de antecedentes criminais para o exercício de atividades profissionais remuneradas ou não, que envolvam contato com crianças e adolescentes no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. PROJETO DE LEI/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL), que institui diretrizes para oferta de atendimento especializado em educação física adaptada para crianças com transtorno do espectro autista - TEA, e outras condições de neurodesenvolvimento na rede pública municipal de ensino de Santarém. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL), que institui o programa municipal de prevenção e atenção integral à obesidade e ao diabetes mellitus tipo 2 no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS no município de Santarém. PROJETO DE LEI/2026, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL), que dispõe sobre a obrigatoriedade da regularização, organização e retirada de fiações inutilizadas ou excedentes instalados em postos e demais equipamentos públicos no município de Santarém. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União), que institui o Programa Municipal de Atenção ao Idoso com foco em atividades físicas, saúde preventiva e inclusão social e dá outras providências. PROJETO DE LEI /2026, que dispõe sobre a indicação de nomenclatura da quadra poliesportiva localizada no bairro do Mararu, passando a chamar-se quadra poliesportiva vereador Tadeu Cunha.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União Brasil), que institui a Semana Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Alberto Portela (União Brasil), que declara como patrimônio cultural e material do município de Santarém o evento El Veraneio. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), que dispõe sobre a convenção facultativa da penalidade de multa de trânsito de natureza leve e média em doação de sangue ou cadastro de doador de medula óssea no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. PROJETO DE LEI /2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que institui a semana de competição de soluções tecnológicas no âmbito do município de Santarém a ser realizada anualmente e dá outras providências. PROJETO DE LEI /2026, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que institui a campanha municipal de conscientização criança não namora nem de brincadeira a ser realizada anualmente na semana do dia 12 de outubro e dá outras providências. PROJETO DE LEI /2026, de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB), que dispõe sobre a conversão facultativa de multa de trânsito de natureza leve em doação voluntária de sangue ou cadastro para doação de medula óssea no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. Encerrado o encaminhamento dos trabalhos, observou-se a ausência de quórum na sessão, desta forma, o presidente Alaércio Cardoso (PSD), determinou a contagem regimental de 15 minutos. Conferido o restabelecimento de quórum, o presidente prosseguiu com o andamento da sessão, passando para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS:** Moções de Aplausos 01 e 02/2026, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT); Moções de Aplausos 03/2026, de autoria do vereador Joziel Colares (PRD); Moções de Aplausos 04/2026, de autoria do vereador Urias Pingarilho (MDB). Concluído a pauta, o presidente **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** agradeceu a presença de todos e deu por encerrado os trabalhos convidando a todos para a próxima sessão. **VEREADORES PRESENTES:** **ALAÉRCIO MAGALHÃES CARDOSO (PSD); ALBERTO PORTELA DE SOUSA (UNIÃO BRASIL); ALEXANDRE ALMEIDA MADURO (MDB); ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA (PL); ELIELTON RÊGO LIRA (PDT); ELITA BELTRÃO DE FREITAS (REPUBLICANOS); ERLON PEREIRA ROCHA (MDB); IVANIRA DE SOUSA FIGUEIRA (PSD); JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL); JOSÉ ERASMO MAIA COSTA (UNIÃO BRASIL); ENF. JOZIEL - JOZIEL MARQUES COLARES (PRD); MALAQUIAS - MALAQUIAS JOSÉ MOTTIN (PL); BIGA KALAHARE - MÁRCIO ÁDAMOS LIMA SILVA (PT); ENF. ALBA LEAL - MARIA ALBANICE LEAL DIAS (MDB); ENF. MURILO TOLENTINO - MURILO JOSÉ TOLENTINO DE MATOS (PRD); RENILSON VINTE - RENILSON MARINHO ALVES (PSD); SÉRGIO DOS SANTOS PEREIRA (PP); URIAS PAULO PINGARILHO CASTRO (MDB); MANO DADAI - YANGLYER GLAY SANTOS MATTOS (PSB); JOSÉ MARIA JÚNIOR PEREIRA TAPAJÓS (MDB).** **VEREADOR AUSENTE COM JUSTIFICATIVA:** **BÁRBARA LUZIA DE OLIVEIRA MATOS (PP); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); GERLANDE CORRÊA CASTRO (PP).** E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.^a Alba Leal
1ª SECRETARIA


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Jander Ilson Pereira
PRESIDENTE


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Urias Pingarilho
3º SECRETARIO